

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DESPESA

Os recursos orçamentários previstos e destinados à cobertura das despesas objeto deste contrato sairão por conta do Programa de Trabalho: 203.617.02.061.2220.2643.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Especial do Poder Judiciário, Fonte de Recurso 700 (RPI) e/ou 203.006.02.122.2220.2169.0000 - Gestão Administrativa do Tribunal de Justiça/AC; Fonte de Recurso 100 (RP), Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Leia-se:

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DESPESA

Os recursos orçamentários previstos e destinados à cobertura das despesas objeto deste Contrato sairão por conta dos Programas de Trabalho: 203.617.02.061.2220.2643.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEJ; Fonte de Recurso 700 (RPI); 203.006.02.122.2220.2169.0000 - Gestão Administrativa do Tribunal de Justiça/AC; Fonte de Recurso 100 (RP) e/ou 203.633.02.061.2220.2908.0000 – Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG; Fonte de Recurso 700 (RPI); Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato inicialmente celebradas.

Publique-se.

Rio Branco-AC, 13 de junho de 2018.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **DENISE Castelo BONFIM**, Presidente, em 13/06/2018, às 18:13, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

TERMO DE APOSTILAMENTO

APOSTILA PARA CORREÇÃO POR ERRO MATERIAL

1º Termo de Apostilamento do 4ºTermo de Aditivo ao Contrato nº 15/2014

**OBJETO:** O presente termo de apostila tem por objeto alterar a Cláusula Primeira do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 15/2014, conforme solicitado pela GECTL (doc. [0409730](#)).

Onde se lê:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO** – O presente termo aditivo tem por objeto renovar, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, o prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do instrumento original, no período de 05 de agosto de 2018 a 05 de agosto de 2019, o prazo de vigência estabelecido na Cláusula Segunda do instrumento original, bem como operar seu reajuste, com base no IPC-FIPE, de acordo com a tabela abaixo:

Serviços de Manutenção	Unidade	Quantidade (ano)	Valor Unitário/Mensal (R\$)	Valor anual (R\$)	IPC/FIPE (%)	Valor Mensal reajustado (R\$)	Valor anual reajustado (R\$)
Serviço de Garantia Legal e Tecnologia do Sistema Integrado de Gestão - ERP - THEMA, com Suporte Técnico de Manutenção.	serviço de garantia	12	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00	1,9321200%	R\$ 9.756,22	R\$ 117.074,64
Serviços Adicionais sob demanda	valor hora/técnica	240	R\$ 115,00	R\$ 2.300,00	1,9321200%	R\$ 140,25	R\$ 33.660,00
VALOR TOTAL							R\$ 150.734,64

Leia se:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADE DO ADITAMENTO** – O presente termo aditivo tem por objeto renovar, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, o prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do instrumento original, no período de 05 de agosto de 2018 a 05 de agosto de 2019, o prazo de vigência estabelecido na Cláusula Segunda do instrumento original, bem como operar seu reajuste, com base no IPC-FIPE, de acordo com a tabela abaixo:

Serviços de Manutenção	Unidade	Quantidade (ano)	Valor Unitário/Mensal (R\$)	Valor anual (R\$)	IPC/FIPE (%)	Valor Mensal reajustado (R\$)	Valor anual reajustado (R\$)
Serviço de Garantia Legal e Tecnologia do Sistema Integrado de Gestão - ERP - THEMA, com Suporte Técnico de Manutenção.	serviço de garantia	12	R\$ 9.571,29	R\$ 114.855,48	1,9321200%	R\$ 9.756,22	R\$ 117.074,64
Serviços Adicionais sob demanda	valor hora/técnica	240	R\$ 137,59	R\$ 33.021,60	1,9321200%	R\$ 140,25	R\$ 33.660,00
VALOR TOTAL							R\$ 150.734,64

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato inicialmente celebradas.

Publique-se.

Rio Branco-AC, 07 de junho de 2018.

TERMO DE APOSTILAMENTO

APOSTILA PARA CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL

1º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 27/2018

**OBJETO:** A presente apostila refere-se à alteração de valores das tabelas no Contrato nº 27/2018, tendo em vista a constatação de erro material na Cláusula Segunda do Contrato.

Onde se lê:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor do Contrato, estimado para 12 (doze) meses, com o valor global é de R\$ 289.783,04 (duzentos e oitenta e nove mil e setecentos e oitenta e três reais e quatro centavos), sendo que é de R\$ 278.891,10 (duzentos e setenta e oito mil e oitocentos e noventa e um reais e dez centavos), e eventualmente R\$ 10.891,94 (dez mil oitocentos e noventa e um reais e noventa e um centavos) conforme detalhado a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Assinatura básica mensal de acesso digital 2Mbps (feixe E1 - 30 canais), 12 meses, Comarca de Cruzeiro do Sul.	Unidade	1	R\$ 1.027,93	R\$ 12.335,19271
02	Assinatura terminal não residencial (NR), 12 meses, analógico.	Unidade	61	R\$ 31,25	R\$ 22.878,20603
03	Assinatura terminal não residencial com facilidade (NR-PABX), 12 meses, analógicos.	Unidade	61	R\$ 16,96	R\$ 12.413,73511
04	Serviço telefônico fixo comutado local Fixo-Fixo 20.000 minutos/mês.	Unidade	1	R\$ 0,13034	R\$ 31.282,41065
05	Serviço telefônico fixo comutado local Fixo-Móvel (VC1), chamadas locais, 8.000 minutos/mês.	Unidade	2	R\$ 0,94744	R\$ 90.954,44989
06	Serviço telefônico fixo comutado de longa distância nacional com destino a Rio Branco e interior, 3.000 minutos/mês	Unidade	1	R\$ 0,78206	R\$ 28.154,16959
07	Serviço telefônico fixo comutado de longa distância nacional com destino às áreas com o primeiro dígito do código nacional idêntico a área de origem, Fixo-Móvel (VC2-FM), 2.000 minutos/mês	Unidade	1	R\$ 1,90610	R\$ 45.746,32095
08	Serviço telefônico fixo comutado de longa distância nacional com destino às áreas com o primeiro dígito do código nacional distinto à área de origem Fixo-Móvel (VC3-FM), 1.000 minutos/mês.	Unidade	1	R\$ 1,90610	R\$ 22.873,16048
VALOR TOTAL				R\$ 22.219,80	R\$ 278.891,10

Parágrafo Único. Em razão do acréscimo de que trata o presente Termo Aditivo, o Contrato nº 69/2017, cujo o valor global originário era de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), passará para o valor global de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA INALTERABILIDADE** - Permanecem inalteradas as demais cláusula, parágrafos, condições e obrigações do Termo de Contrato inicial que não colidirem com o disposto neste Termo Aditivo. E, estando às partes assim acordadas, firmam o presente Termo de igual teor e forma, a fim de que produza os efeitos jurídicos legais.

#### TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº: 0003445-95.2018.8.01.0000

**1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 22/2018**

**OBJETO:** Para fins de inclusão de programa de trabalho à CLÁUSULA DÉCIMA - DA DESPESA, do Contrato nº 22/2018.

Onde se lê:

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DESPESA

Os recursos orçamentários previstos e destinados à cobertura das despesas objeto deste contrato sairão por conta do Programa de Trabalho: 203.617.02.061.2220.2643.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Especial do Poder Judiciário, Fonte de Recurso 700 (RPI) e/ou 203.006.02.122.2220.2169.0000 - Gestão Administrativa do Tribunal de Justiça/AC, Fonte de Recurso 100 (RP), Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Leia-se:

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DESPESA

Os recursos orçamentários previstos e destinados à cobertura das despesas objeto deste Contrato sairão por conta dos Programas de Trabalho: 203.617.02.061.2220.2643.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEJ; Fonte de Recurso 700 (RPI); 203.006.02.122.2220.2169.0000 - Gestão Administrativa do Tribunal de Justiça/AC; Fonte de Recurso 100 (RP) e/ou 203.633.02.061.2220.2908.0000 – Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG; Fonte de Recurso 700 (RPI); Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato inicialmente celebradas.

Publique-se.

Rio Branco-AC, 13 de junho de 2018.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **DENISE Castelo BONFIM**, Presidente, em 13/06/2018, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

### CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Processo Administrativo nº: 0004433-19.2018.8.01.0000

Local: Rio Branco

Unidade: GACOG

Interessado: Juíza de Direito Substituta Ana Paula Saboya Lima

Assunto: Pedido de Providências - Realização de Projeto Cidadão em Tarauacá

Despacho nº 8736 / 2018 - Tribunal de Justiça do Acre/COGER/GACOG

1. Cuida-se de procedimento instaurado a partir de Ofício enviado pela Juíza de Direito Substituta Ana Paula Saboya Lima, atualmente respondendo pela Vara Cível da Comarca de Tarauacá, solicitando informações quanto à possibilidade de realização de uma etapa do "Projeto Cidadão" nesta Comarca para a data de 14/07/2018, em não sendo possível seja designada outra data, dispondo-se a realizar os casamentos sem ônus para o TJ estando ou não respondendo pela Vara Cível desta Unidade Judiciária.

2. Pois bem. Considerando que o "Projeto Cidadão" se trata, em verdade, de ação social promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, remeta-se o feito à Supervisora do Projeto Cidadão, Lenice Lima, para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a previsão de realização de edição do Projeto Cidadão na Comarca de Tarauacá no ano de 2018 e, em caso positivo, qual a data prevista para a realização do evento.

3. Cópia do presente servirá como ofício.

4. Publique-se. Cumpra-se.

Rio Branco, 12 de junho de 2018.

Desembargador Roberto Barros  
Corregedor-Geral da Justiça, em exercício

Processo Administrativo nº: 0002908-02.2018.8.01.0000

Local: Rio Branco

Unidade: GACOG

Interessado: Kamylla Acioli Lins e Silva

Despacho nº 8806 / 2018 - Tribunal de Justiça do Acre/COGER/GACOG

1. Cuida-se de procedimento instaurado a partir de Ofício enviado pela Juíza de Direito Kamylla Acioli Lins e Silva, respondendo pela Vara Única da Comarca de Plácido de Castro, comunicando ausência de Defensor Público para atuar naquela localidade, bem como dando ciência de expediente oriundo da Defensoria Pública Geral do Estado do Acre informando que a instituição não dispõe de defensor para atender às demandas da Comarca, restando impossibilitada de promover a nomeação de Defensor Público outrora solicitada.

2. Pois bem.

3. Diante de tratativas informais estabelecidas com a Defensoria Pública, solicite-se à Juíza Comunicante que informe, no prazo de 10 (dez) dias, se a situação relatada anteriormente restou sanada.

4. O presente servirá como ofício.

5. Publique-se. Cumpra-se.

Rio Branco, 13 de junho de 2018.

Desembargador Roberto Barros

Corregedor-Geral da Justiça, em exercício

Processo Administrativo nº: 0003734-62.2017.8.01.0000

Local: Rio Branco

Unidade: GACOG

Interessado: Vara Única de Porto Acre

Assunto: Correição Geral Ordinária

Despacho nº 8831 / 2018 - Tribunal de Justiça do Acre/COGER/GACOG

1. Em revisão ao relatório correcional da Vara Única da Comarca de Porto Acre (ID 0372329), observa-se o saneamento de todas as pendências consignadas.

2. Assim, determino a remessa da Informação nº 17/2018 (ID 0414609) à sobredita unidade judiciária, para as providências cabíveis, procedendo a comunicação à mencionada diretoria, no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual a Gerência de Fiscalização Judicial deverá proceder à nova averiguação, no prazo de 15 (quinze) dias, submetendo, se necessário, os autos à conclusão.

3. O presente serve como ofício.

4. Publique-se e cumpra-se.

5. Rio Branco-AC, 13 de junho de 2018.

Desembargador Roberto Barros

Corregedor-Geral da Justiça em Exercício

Processo Administrativo nº: 0002072-63.2017.8.01.0000

Local: Rio Branco

Unidade: GACOG

Interessado: Vara Cível da Comarca de Senador Guimard

Assunto: Correição Geral Ordinária

Despacho nº 8835 / 2018 - Tribunal de Justiça do Acre/COGER/GACOG

1. Em revisão ao relatório correcional da Correição da Vara Cível da Comarca de Senador Guimard, observou-se a continuidade de pendências quanto às deliberações consignadas no relatório da Correição Ordinária (ID 0378590).

2. Assim, determino a remessa da Informação nº 16/2016 (ID 0414602) à sobredita unidade judiciária, para as providências cabíveis ou apresentação de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual a Gerência de Fiscalização Judicial deverá proceder à nova averiguação, no prazo de 15 (quinze) dias, submetendo, se necessário, os autos à conclusão.

3. O presente serve como ofício.

4. Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco-AC, 13 de junho de 2018.

Desembargador Roberto Barros

Corregedor Geral da Justiça, em exercício